

# IMAGINE BRASIL

Uma construção coletiva de  
caminhos possíveis para um futuro  
sustentável

## INCLUSÃO SOCIAL

Outubro 2022

Aldemir  
Drummond Carlos  
Alberto Primo Braga  
Humberto Falcão Martins  
Paulo  
Paiva Ricardo  
Henriques  
Virgílio Viana  
Viviane Barreto

Fale com a gente: [imaginebrasil@fdc.org.br](mailto:imaginebrasil@fdc.org.br)

## INCLUSÃO SOCIAL

A questão-chave da dimensão social é a criação de condições efetivas de mobilidade social que enfrentem nossa desigualdade estrutural e permitam acelerar estratégias de desenvolvimento socioambiental sustentável.

O contexto global após a redemocratização e a Constituição de 1988 é de avanços relevantes em diversas áreas sociais. No entanto, os avanços em regra foram lentos, sobretudo diante da ótica dos desafios de uma economia de baixo carbono, da reconfiguração do mundo do trabalho, do final do ciclo da transição demográfica e da estruturação de uma sociedade global do conhecimento.

Seguimos como uma promessa nunca realizada de nos tornarmos um país do futuro. Faltam estratégias para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, incluindo nossos desafios estruturais como o combate ao racismo. De forma ineficiente, aguardamos ciclos de crescimento econômico para enfrentar a pobreza e a desigualdade e subestimamos nossa diversidade social e diversidade ambiental como potências para enfrentar as desigualdades, em suas múltiplas dimensões, de forma a gerar mais dinamismo social e melhores condições para o crescimento econômico.

Hoje, mais do que nunca, corremos o risco de ficarmos enredados na “armadilha da renda média”. Existe uma janela de oportunidade para escolher caminhos de superação desses desafios, partindo do maior reconhecimento das implicações negativas da desigualdade – como a explicitação da delicada situação de insegurança alimentar do país e os números desproporcionais de vítimas da Covid19.

No diapasão positivo, vivemos um momento de percepção de que os serviços públicos de qualidade, apesar das limitações, funcionam em vários momentos (como o papel do SUS e da vacinação da Covid) e, acima de tudo, são necessários, como demonstrou a experiência da grande maioria da população diante do longo período de suspensão das aulas presenciais. A sociedade aumentou seu reconhecimento da importância do papel do professor e do ofício de educar, sobretudo na escola pública.

Para a agenda do Imagine Brasil há várias portas de entrada possíveis e todas relevantes. Os desafios de insegurança alimentar, de segurança pública e de saneamento básico, entre outros, são evidentemente urgentes. Mas optamos pela abordagem inicial de algumas das estratégias que podem contribuir para o aumento da probabilidade de mobilidade social e, portanto, de mudança estrutural do registro de transformação social: primeira infância, juventudes e políticas integradas em territórios vulneráveis.

A agenda da primeira infância pretende criar as bases de uma mobilidade social intergeracional sustentável. O perfil de vulnerabilidade social extrema está concentrado em famílias pobres com maior quantidade de crianças. A educação infantil é um investimento eficiente e eficaz para a qualificação da força de trabalho, a ampliação da inserção produtiva e o desenvolvimento econômico. Se realizado desde a primeira infância, o investimento no capital humano traz o maior retorno possível nas competências e produtividade da população adulta.

Uma política pública de primeira infância para as famílias que possuem crianças, sobretudo em contexto de pobreza e falta de acesso à rede de serviços públicos, deve incluir: (i) garantia das condições de atendimento integrado e contínuo da saúde desde o pré-natal até 2 anos de idade; (ii) ampliação significativa do acesso das famílias mais vulneráveis às creches e universalização de pré-escolas; (iii) estabelecimento de uma abordagem intersetorial e integral que permita endereçar soluções às múltiplas dimensões de vulnerabilidade a que estão submetidas as crianças.

Nesse sentido, a abordagem multisetorial e multinível voltada ao atendimento estruturado das famílias no marco de uma política de primeira infância permitiria: (i) viabilizar o acesso, da criança e seus responsáveis, ao apoio da rede de serviços constituída pela saúde, assistência social e educação; (ii) ampliar a possibilidade de ingresso e permanência da criança no ensino fundamental, após o percurso adequado no ensino infantil; (iii) impactar, positiva e sustentavelmente, a mobilidade intergeracional das crianças superando o ciclo vicioso de relação entre educação e pobreza; (iv) incrementar a renda familiar no curto e médio prazos.

Essa é uma política pública essencialmente municipal, mas solicita articulação e coordenação com as esferas estadual e federal. Além disso, só se institui como política pública a partir de uma abordagem intersetorial, que mobiliza, ao menos, as áreas da saúde, da educação e da assistência social. Nesse sentido, a questão-chave é a qualidade da governança entre esferas de governo e no interior de cada esfera de governo.

A agenda de juventudes deve estar inserida no contexto das transformações da economia mundial com a aceleração do processo de automação de atividades laborais e as intensas mudanças da sociedade do conhecimento.

Esses fatores implicam, do ponto de vista do mercado de trabalho, na valorização cada vez maior de competências de leitura e análise avançada de dados, comunicação e negociação, criatividade, empatia e adaptabilidade, entre outras.

A educação deve focar no desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender ao longo da vida, não mais vinculada a um emprego ou uma profissão. Um eixo relevante é a diversificação do Ensino Médio, multiplicando e flexibilizando caminhos que levam diretamente ao mercado de trabalho ou à Educação Superior. O Brasil, contudo, está longe desse horizonte. Segundo o relatório da OCDE Education at a Glance de 2021, somente 9% dos nossos estudantes do Ensino Médio estão em áreas de educação profissionalizante, frente a 38% de média na OCDE.

O agravante da construção no Brasil de uma política pública estruturada para as juventudes é o relevante volume de jovens em condições de alta vulnerabilidade, associadas tanto ao baixo padrão de escolaridade como às altas taxas de desemprego a que estão submetidos. Por um lado, o Ensino Médio é a última etapa estruturada de oferta universal de serviços públicos para os jovens e, por outro, o perfil das juventudes é significativamente diverso e devemos ser capazes de lidar com a diversidade de gênero, raça e território.

No Brasil de cada 100 crianças que entram no Ensino Fundamental apenas 66 concluem o Ensino Médio. Quando consideramos cada 100 meninos negros que entram na escola, vemos que somente 53 concluem o Ensino Médio. O simples recorte de gênero e raça torna evidente o tamanho do desafio estrutural da mobilidade social que precisamos enfrentar.

Do ponto de vista regulatório a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio criaram, a partir do ano de 2022, uma nova estrutura de oferta no Ensino Médio orientada por uma redefinição curricular que cria a oportunidade de itinerários formativos para o mundo do trabalho.

Ainda assim, é necessário expandir a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), garantindo a inclusão do itinerário técnico-profissional nas três mil horas do Ensino Médio regular, as condições descentralizadas de financiamento e o monitoramento contínuo da qualidade da implementação dos itinerários em larga escala, evitando a precarização da oferta.

Por fim, cabe lembrar que o investimento nos jovens gera retornos imediatos de mobilidade social (inserção produtiva inicial com geração de renda) e melhora nas condições de mobilidade futura desses jovens quando iniciam a vida adulta e de suas famílias.

No que se refere às políticas públicas integradas em territórios vulneráveis, não podemos esquecer que ao longo da história o Brasil produziu um desenvolvimento estruturalmente excludente.

A despeito dos avanços na redução da extrema pobreza de 18%, em 1992, para 6% da até 2015, a condição de vulnerabilidade dos territórios brasileiros tem persistido. Para enfrentar esse desafio é necessário produzir políticas públicas multissetoriais e multinível.

A melhoria da qualidade de vida das pessoas, de suas famílias e de sua comunidade depende, por um lado, da qualidade dos sistemas de implementação, monitoramento e avaliação e, por outro, da capacidade de construir, em cada território específico, uma agenda customizada que permita referenciar e contra-referenciar a situação de vulnerabilidade. É importante destacar que tais vulnerabilidades partem não apenas da situação econômica das famílias, mas também da falta de acesso aos serviços públicos, de exposição à violência, uso de drogas, exclusão social, discriminação em suas várias formas, entre outros. Portanto, o desenho da política pública deve contar com múltiplas visões de vulnerabilidade social.

A implementação de uma política mais ampla para superação da pobreza requer informações individualizadas mais elaboradas e um relacionamento com a família mais profundo, posto que cada família tem necessidades específicas. Embora uma transferência de renda seja capaz de aliviar a pobreza de qualquer família, só um atendimento personalizado é capaz de retirar uma família da situação de pobreza e criar condições reais de inserção produtiva e de mobilidade social. É preciso uma assistência continuada e individualizada de agentes de desenvolvimento familiar e comunitário que possam formular e implementar planos familiares e comunitários de superação da pobreza e de desenvolvimento local.

O desafio estratégico para uma política social integrada e integradora é combinar, de forma estruturada e operacional: (i) a capacidade de diagnósticos robustos das condições de vulnerabilidade; (ii) a qualidade e a plasticidade no desenho da política social; (iii) a flexibilidade na implementação adequada aos territórios; (iv) o engajamento de todos os setores relevantes; (v) a intersectorialidade junto à colaboração federativa; (vi) o encaminhamento para trajetórias de inclusão produtiva dos mais vulneráveis; (vii) a equidade como referência organizadora da estratégia; (viii) o monitoramento e a avaliação como estuário da qualidade e (ix) a efetividade como compromisso da gestão.

Trata-se de redefinir a estratégia de desenvolvimento social, promovendo espaços, processos e instrumentos participativos, com densidade técnica e analítica que viabilizem uma abordagem que enfrente de forma efetiva nossos complexos desafios sociais.

Esta é apenas a primeira versão de um documento vivo. Iremos avançar, dialogar e aprimorar as propostas ao longo do tempo, a partir de comentários e sugestões recebidas, bem como do desenvolvimento da agenda de trabalho.

Esperamos que este documento possa subsidiar discussões no seio da comunidade de lideranças envolvida com a iniciativa Imagine Brasil e que seja um estímulo para a proposição de ações que ajudem o país avançar no caminho da prosperidade.

Fale com a gente: [imaginebrasil@fdc.org.br](mailto:imaginebrasil@fdc.org.br)

